

HP Participações e Consultoria Técnica S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

Em reais

1 Contexto operacional

A HP Participações e Consultoria Técnica S.A. tem por objeto social a exploração dos ramos de: atividade de participação em outras sociedades como sócia, acionista ou quotista, caracterizando-se como holding de instituições não financeiras. Tem sede e foro na Rua Alberto Pasqualine nº 80 – Bairro Vila Santa Cecília – CEP: 27.260-010, em Volta Redonda RJ.

1.1 Reforma tributária

Em 16 de janeiro de 2025, foi sancionada a Lei Complementar nº 214, que institui a primeira fase de regulamentação da Reforma Tributária sobre o consumo no Brasil, configurando evento subsequente não ajustável, nos termos do CPC 23 – Eventos Subsequentes.

O novo modelo tributário está estruturado com base em um Imposto sobre Valor Agregado (IVA) dual, composto pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), de competência federal, e pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), de competência subnacional, os quais substituirão gradualmente o PIS, a COFINS, o ICMS e o ISS. Adicionalmente, foi instituído o Imposto Seletivo (IS), de competência federal, incidente sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços considerados prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente, nos termos da legislação complementar aplicável.

A Reforma Tributária prevê um período de transição a partir de 2026, durante o qual os tributos atuais e os novos tributos coexistirão. A partir desse exercício, inicia-se a fase operacional experimental, com a implementação da CBS e do IBS mediante a aplicação de alíquotas teste de 0,90% para a CBS e 0,10% para o IBS, sem substituição imediata dos tributos vigentes.

Nesse contexto, as entidades passam a cumprir obrigações acessórias específicas, incluindo a escrituração segregada das operações, o destaque da CBS e do IBS nos documentos fiscais eletrônicos e o envio das informações aos sistemas fiscais competentes, com o objetivo de viabilizar testes operacionais, adequações sistêmicas e validação dos procedimentos de apuração e controle dos novos tributos.

Os efeitos e impactos da Reforma Tributária não estão refletidos nas demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e não requerem ajustes de reconhecimento, mensuração ou divulgação, uma vez que os impactos financeiros e operacionais somente poderão ser adequadamente mensurados à medida que o processo de regulamentação infralegal seja concluído e a transição avance a partir de 2026. A Administração acompanha continuamente a evolução da regulamentação aplicável e avaliará tempestivamente os eventuais impactos contábeis e operacionais.

2 Base para preparação e apresentação das demonstrações financeiras

a **Declaração de conformidade**

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que seguem os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

A Administração da Companhia avaliou a capacidade de continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela Administração em 6 de fevereiro de 2026.

b **Mensuração do valor**

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma em nota explicativa.

c **Moeda funcional e de apresentação**

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia, exceto quando indicado de outra forma.

d **Aplicação de julgamento e práticas contábeis críticas na elaboração das demonstrações financeiras**

O processo de elaboração das demonstrações financeiras envolve a utilização de estimativas. A determinação dessas estimativas levou em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros, e outros fatores objetivos e subjetivos. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem:

- i. **Vida útil de ativos de longa duração e valor residual dos bens do imobilizado:** a Companhia revisa periodicamente a vida útil e valor residual dos bens do imobilizado com vida útil definida, sendo que as taxas de depreciação atualmente utilizadas são julgadas representativas das vidas úteis.
- ii. **Redução do valor recuperável dos ativos:** a administração julgou não haver evidências, internas e externas, que justificassem o registro de provisão para redução ao valor recuperável sobre o ativo imobilizado.
- iii. **Análise do risco de crédito para determinação da provisão para perdas com créditos esperadas:** as provisões são constituídas com base no julgamento da administração e em valores suficientes para cobrir perdas futuras estimadas no recebimento de clientes. O julgamento é feito com base na perda histórica e esperada e pode divergir do valor que será realizado, face as características singulares de cada cliente.

iv. Análise dos riscos para provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis: a avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação de evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e a sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são realizadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

v. Mensuração ao valor justo - Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros. Questões significativas de avaliação são reportadas para a administração da Companhia. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia utiliza dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação. Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores estão incluídas na nota explicativa nº 11 - Instrumentos financeiros.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de estimativa. Essas estimativas e premissas são revisadas periodicamente.

e Novas normas, alterações e emendas às normas contábeis adotadas pela Companhia

e.1 Novas normas emitidas e emendas às normas contábeis vigentes a partir de 2025

As seguintes normas novas e alteradas não tiveram impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

(i) **CPC 02 / IAS 21:** As alterações ao CPC 02 (em convergência com as emendas à IAS 21 – *Lack of Exchangeability*) estabelecem critérios para a identificação de situações de falta de conversibilidade de moeda, definindo quando uma entidade não consegue obter quantias significativas de moeda estrangeira para fins específicos, dentro de um prazo razoável. A norma também disciplina a determinação da taxa de câmbio aplicável, inclusive mediante a utilização de taxas estimadas quando não houver taxa observável, bem como reforça os requisitos de divulgação relativos aos impactos financeiros decorrentes da perda de conversibilidade.

(ii) **OCPC10:** Contabilização dos créditos de carbono (tCO₂e), permissões de emissão (*allowances*) e crédito de descarbonização (CBIO).

e.2 Novas normas contábeis e interpretações ainda não efetivadas

Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2025. A Companhia não adotou antecipadamente as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras:

- (i) **CBPS 01 / IFRS S01 e CBPS 02 / IFRS S02:** As normas CBPS 01 e CBPS S02 (IFRS S1 E IFRS S2) estabelecem os requisitos para a identificação, mensuração, gestão e divulgação de informações financeiras relacionadas a riscos e oportunidades de sustentabilidade, com ênfase específica nos riscos e oportunidades relacionados ao clima. Tais divulgações devem ser consistentes com a governança, estratégia, gestão de riscos e métricas adotadas pela entidade, bem como integradas às informações financeiras tradicionais. Essas normas entram em vigor para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2026.

- (ii) **CPC 48 / IFRS 9 e IFRS 7:** As alterações publicadas em 2024 tratam de ajustes nos critérios de reconhecimento, baixa, classificação e mensuração de instrumentos financeiros, incluindo a incorporação de contratos de eletricidade e sua elegibilidade para contabilidade de hedge, além do aprimoramento das divulgações relativas a instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e a instrumentos vinculados a eventos contingentes.

As alterações são efetivas para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2026, sendo permitida a adoção antecipada com aplicação retrospectiva. A Administração da Companhia entende que a mudança da norma não possui impacto sobre as Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

- (iii) **CPC 51 / IFRS 18:** O CPC 51 (IFRS 18) estabelece novos conceitos fundamentais relacionados à estrutura e apresentação da Demonstração do Resultado, exigindo a classificação das receitas e despesas em três categorias distintas: operacional, investimento e financiamento. A norma também reforça os requisitos de divulgação das medidas de desempenho definidas pela administração (*Management Performance Measures – MPMs*), bem como determina critérios mais objetivos para a apresentação das despesas operacionais, que deverão ser divulgadas de forma consistente por natureza ou por função. O CPC 51 (IFRS 18) entra em vigor para os exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2027.

3 Políticas contábeis materiais

As principais políticas contábeis adotadas pela Companhia, nessas demonstrações financeiras estão descritas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma.

a Instrumentos financeiros

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

Ativos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão desses ativos financeiros. A Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros”. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócio adotado.

O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros referem-se a como elas gerenciam seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são mantidos em plano de negócio com o objetivo de manter ativos financeiros de modo a obter fluxos de caixa contratuais enquanto ativos financeiros classificados e mensurados ao valor justo em contrapartida a outros resultados abrangentes são mantidos em modelo de negócio com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais e também com o objetivo de venda.

As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros que a Companhia possui são classificados em duas categorias:

- *Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida):* Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Os ativos financeiros da Companhia ao custo amortizado incluem caixa e bancos conta movimento.

Desreconhecimento

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ou
- A Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiram o controle do ativo.

Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Os passivos financeiros da Companhia incluem fornecedores.

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros que a Companhia possui são classificados na categoria:

- *Passivos financeiros ao custo amortizado:* após o reconhecimento inicial, os passivos financeiros contraídos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos

são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

Desreconhecimento

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

b Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de depósitos bancários à vista. Para que um investimento financeiro seja qualificado como equivalente de caixa, precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, um investimento normalmente qualifica-se como equivalente de caixa somente quando tem vencimento original de curto prazo, de três meses ou menos da data da aquisição.

c Propriedades para investimentos

A Companhia é proprietária de imóveis mantidos para fins de valorização e locação. Os imóveis não são utilizados nas suas atividades operacionais, e estão demonstrados pelo custo de aquisição.

d Imobilizado

d.1 Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e, quando aplicável, perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado, apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado são reconhecidos em outras receitas (despesas) operacionais no resultado.

d.2 Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos.

d.3 Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

e Avaliação do valor recuperável de ativos (teste de “impairment”)

Ativos financeiros classificados como custo amortizado, são avaliados periodicamente para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução pela perda de valor é revertida através do resultado.

A administração da Companhia revisa no periodicamente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros (ou grupo de ativos relacionados), com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável efetivo. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para recuperação, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável (impairment), em contrapartida do resultado.

Se uma perda por redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros for subsequentemente revertida, o valor contábil do ativo (ou grupo de ativos relacionados) é aumentado para a estimativa revista de seu valor recuperável, mas sem exceder o valor que teria sido determinado caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida em exercícios anteriores.

Com base nas informações atualmente disponíveis, a Administração desconhece a perda por deterioração de ativos ou mudanças nas circunstâncias de negócio, que justifiquem o reconhecimento de uma perda em função da não recuperação dos referidos ativos.

f Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios. Inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da nota fiscal/ fatura correspondente.

g Provisões

As provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e quando é provável que uma saída de recursos seja necessária para

liquidar a obrigação. Também é condicional a estimativa confiável do valor. As provisões para riscos e contingências são constituídas por valores atualizados, com base nas melhores estimativas de perdas estabelecidas pelos assessores jurídicos da Companhia.

Quando a provisão é mensurada usando o fluxo de caixa estimado para liquidar a obrigação, o seu valor é determinado através do valor presente desse fluxo de caixa.

h Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados com base no lucro real tributável, às alíquotas estabelecidas, respectivamente, nos termos da legislação fiscal vigente.

i Demais ativos, passivos circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo no futuro.

Estão demonstrados por seus valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos, encargos e atualizações monetárias incorridas até a data do balanço e, no caso dos ativos, retificados por provisão para perdas quando necessário.

j Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes:

Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa.

Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados nem divulgados.

Obrigações legais são registradas como exigíveis, independente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

k Segregação entre circulante e não circulante

As operações ativas e passivas com vencimentos inferiores até o encerramento do próximo exercício social estão registradas no circulante e as com prazos superiores no não circulante.

I Reconhecimento de receitas

A receita é reconhecida na extensão em que em que a Companhia transfere o controle dos bens e serviços para o cliente, sendo geralmente no momento em que o cliente recebe o produto ou serviço, e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas.

A receita financeira é reconhecida com base no método da taxa de juros efetiva. As demais receitas são sempre reconhecidas pelo regime de competência.

Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa de sua realização.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Bancos conta movimento	<u>613</u>	<u>13.682</u>

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo da Companhia.

5 Propriedade para investimento

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Edificações	<u>45.852.438</u>	<u>45.852.438</u>

Em 2023, a Administração da Companhia reclassificou as edificações não operacionais registradas no ativo imobilizado para propriedade para investimentos. O saldo está composto pelo imóvel com 15.749,30 m² localizado na Rodovia dos Metalúrgicos, em Volta Redonda-RJ, que está destinado a locação. Essas edificações foram registradas pelo custo, contemplando a análise quanto à recuperabilidade, conforme regras estabelecidas no CPC01. Não foi identificada a necessidade de registro de ajuste dos bens aos seus valores recuperáveis (impairment).

6 Imobilizado

a Composição do saldo

<u>Descrição</u>	<u>Taxa anual de depreciação</u>	<u>Custo histórico</u>	<u>Depreciação acumulada</u>	<u>2025</u>	<u>2024</u>
				<u>Líquido</u>	<u>Líquido</u>
Terrenos	-	3.230.181	-	3.230.181	3.230.181
Edificações	4%	<u>7.154.938</u>	<u>(1.785.243)</u>	<u>5.369.695</u>	<u>5.637.855</u>
		<u>10.385.119</u>	<u>(1.785.243)</u>	<u>8.599.876</u>	<u>8.868.036</u>

b Movimentação da depreciação acumulada no exercício

<u>Descrição</u>	<u>1º/1/2024</u>	<u>Adições</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>Adições</u>	<u>31/12/2025</u>
Edificações	<u>(1.250.111)</u>	<u>(266.972)</u>	<u>(1.517.083)</u>	<u>(268.160)</u>	<u>(1.785.243)</u>

7 Passivos contingentes

No desenvolvimento de suas operações, a Companhia está sujeita a certos riscos representados por ações tributárias, cíveis e processos trabalhistas.

Ainda quanto a questões tributárias, de acordo com as legislações vigentes, as operações da Companhia estão sujeitas a revisões pelas autoridades fiscais, em períodos prescricionais dos diversos impostos, taxas e contribuições federais, estaduais e municipais (em geral, cinco anos).

Em 31 de dezembro de 2025 a administração da Companhia julgou não ser necessária a constituição de provisão para contingências.

8 Patrimônio líquido

a Capital social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 59.973.172 (59.973.172 em 2024), composto por bens móveis e recursos da UVR Empreendimentos e Participações S.A.

b Adiantamento para futuro aumento de capital

Montam R\$ 29.000 em 31 de dezembro de 2025. Por força de disposição, exclusiva e irrevogável, são recursos destinados para aumento de capital, assim, foram apresentados em conjunto com as contas do patrimônio líquido.

c Prejuízos acumulados

Montam R\$ 5.549.185 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 5.239.436 em 2024). Os prejuízos acumulados são inferiores ao patrimônio líquido da Companhia, com isso, não há um passivo descoberto nos exercícios apresentados.

9 Receitas operacionais

<u>Descrição</u>	<u>2024</u>
Receita de locação de terrenos e áreas	705.791
(-) Dedução de receitas com locação	<u>(25.761)</u>
	<u>680.030</u>

O saldo refere-se ao contrato de aluguel de imóveis junto a Unimed Volta Redonda, com vencimento em março de 2025.

10 Despesas gerais e administrativas

<u>Descrição</u>	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Depreciação e amortização	(268.160)	(266.972)
Impostos e taxas diversas	(20.971)	(20.924)
Prestação de serviço	(17.651)	(50.453)
Outras despesas administrativas	<u>(180)</u>	<u>(878)</u>
	<u>(306.962)</u>	<u>(339.227)</u>

11 Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

a Considerações gerais

A Administração mantém operações com instrumentos financeiros cujos riscos são administrados por meio de estratégias de posições financeiras e sistemas de limites de exposição. As políticas de risco e os sistemas são revistos regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. Todas as operações estão integralmente reconhecidas na contabilidade e restritas aos instrumentos a seguir relacionados:

<u>Descrição</u>	<u>Nota</u>	<u>2025</u>	<u>2024</u>	<u>Classificação</u>
Caixas e equivalentes de caixa	4	<u>613</u>	<u>13.682</u>	(i)
Fornecedores	-	<u>-</u>	<u>690</u>	(ii)

Classificação:

(i) Ativo ao custo amortizado

(ii) Passivo ao custo amortizado.

b Fatores de risco que podem afetar os negócios da Administração

Os principais fatores de risco que a Administração está exposta reflete em aspectos estratégico-operacionais e econômico-financeiros. Os riscos estratégicos-operacionais (tais como mudanças relevantes na estrutura) são endereçados pelo modelo de gestão da Administração. A administração dos riscos e a gestão dos instrumentos financeiros são realizadas por meio de políticas, definição de estratégias e implementação de sistemas de controle visando a liquidez, rentabilidade e segurança. A Administração possui uma política conservadora de gestão dos recursos, instrumentos e riscos financeiros monitorada pela Administração, sendo que esta possui como principais objetivos preservar o valor e a liquidez dos ativos financeiros e garantir recursos financeiros para o bom andamento dos negócios, incluindo suas expansões. Os principais riscos financeiros considerados pela gestão da Administração são:

- Risco de crédito.
- Risco de liquidez.
- Risco de taxas de juros.

A Administração não efetua aplicações de caráter especulativa em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Essa nota explicativa apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e o gerenciamento de capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras.

c Risco de crédito

Os instrumentos financeiros que submetem a Administração a riscos de crédito de contraparte são representados, fundamentalmente, por caixa e equivalentes de caixa. Os riscos de crédito de caixa e equivalentes de caixa decorrem, principalmente, da incapacidade de instituições financeiras cumprirem suas obrigações financeiras com a Companhia. Regularmente a Administração executa análise de crédito das instituições nas quais mantém relacionamento através de diversas metodologias que avaliam liquidez, solvência, alavancagem, qualidade da carteira, dentre outras. Equivalentes de caixa são mantidos somente em instituições com histórico de sólida posição de crédito, privilegiando segurança e liquidez. Os riscos de créditos associados ao contas a receber de clientes é reduzido em virtude da análise de crédito e dos procedimentos de controle da Administração que monitoram esse risco. A exposição máxima do risco de crédito está demonstrada abaixo:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Caixas e equivalentes de caixa	<u>613</u>	<u>13.682</u>

d Gerenciamento do capital

A política da administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. Para tanto, a administração monitora a relação da dívida líquida em relação ao patrimônio líquido total.

A administração procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis mais adequados de financiamento e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável. A dívida da Companhia para relação ajustada do capital ao final do exercício é apresentada a seguir:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Total do passivo	55	739
Menos: Equivalentes de caixa	613	13.682
Dívida líquida (A)	(558)	(12.943)
Total do patrimônio líquido (B)	54.452.987	54.733.736
Índice da dívida líquida pelo patrimônio ajustado (A)/(B)	-0,000010	-0,000236

12 Cobertura de seguros

A administração da Companhia mantém cobertura de seguros contra incêndio e riscos diversos para bens do imobilizado e dos estoques, por valores considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria de demonstrações financeiras, conseqüentemente não foram revisadas pelos nossos auditores independentes.

Vitório Moscon Puntel
Diretor Presidente

Elaine de Fatima Nogueira
Diretora

Maria do Carmo Teixeira
Contadora
CRC/RJ – 056904/O6